

23 trilhões.

POLÍTICA ECONÔMICA

O ESTADO DE S. PAULO — Terça-feira, 30-8-83

O dinheiro do Brasil em 84:

É o que deverá entrar em caixa para os gastos do País. O orçamento é 89,5% maior do que o deste ano. Veja como o governo vai usá-lo.



Cr\$ 23.672 trilhões: este é o valor da receita e despesa do orçamento da União para o próximo ano, segundo mensagem mandada ontem ao Congresso pelo presidente João Figueiredo, três dias depois de reassumir o cargo. O presidente também fixou em Cr\$ 14.313,3 bilhões o montante de recursos do orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1984-1986, a serem aplicados, curiosamente, em valores decrescentes: Cr\$ 5.442,5 bilhões em 1984, Cr\$ 4.702,2 bilhões em 1985 e Cr\$ 4.168,6 bilhões em 1986.

No orçamento da União, Cr\$ 21.588,6 bilhões constituem receita do Tesouro e Cr\$ 2.085,4 bilhões receitas de outras fontes, tais como entidades da administração indireta e de fundações. Comparando-se a receita originalmente fixada para este ano, no montante de Cr\$ 8.989,0 bilhões, com a estimada para 1984, o acréscimo foi de 145%. Se a comparação levar em conta a receita orçamentária deste ano, recentemente reavaliada pelo governo, o acréscimo será de 89,5%.

Na mensagem que acompanha o projeto de lei, o general Figueiredo diz que "a continuidade do processo de desenvolvimento seguirá exigindo grandes esforços para que não sofram solução de continuidade as prioridades estabelecidas pelo atual governo:

— manter o crescimento da produção de alimentos e matérias-primas agropecuárias (...);

— ampliar cada vez mais o volume de nossas exportações (...);

— prosseguir nas ações voltadas para a economia de combustível e acelerar os programas destinados à busca de fontes alternativas de energia, com ênfase, sobretudo, no que se refere ao carvão e ao álcool". No entanto, o Programa de Mobilização Energética receberá apenas Cr\$ 277,5 bilhões em 1984, o que representa uma queda substancial em termos reais, sobre a verba aprovada para este ano, de Cr\$ 186,7 bilhões.

Nos termos da mensagem, "a política financeira do governo busca adequar os investimentos públicos, estabelecendo bases mínimas de custeio para sustentá-los, priorizando os setores social e de desenvolvimento regional, o que significa um rigoroso processo seletivo da definição dos gastos governamentais. Tal quadro configura a austeridade que caracteriza a proposta orçamentária ora apresentada, em consonância com o ajustamento por que passa a estrutura econômica nacional, além de guardar coerência com a diretriz de eliminação do déficit público".

As fontes de recursos

Quanto à origem dos recursos, a mensagem explica o seguinte:

"A principal fonte de financiamento das programações orçamentárias é o imposto sobre a renda que deverá corresponder a aproximadamente um terço do total a ser arrecadado. A seguir, apresenta-se o Imposto Sobre Produtos Industrializados, que tem na imposição sobre o fumo sua principal origem de recursos e que deverá corresponder a mais de 13% do total da arrecadação

de e se destacar a contribuição para o Fundo de Investimento Social, que passa a representar a terceira maior fonte de recursos do Tesouro e tem por finalidade dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social.

"O imposto sobre importações continua sendo utilizado como instrumento fiscal de controle seletivo das necessidades brasileiras, devendo apresentar, em 1984, crescimento de arrecadação superior a 100%. Além disso, o esforço de aumentar as vendas externas deverá induzir a uma gradual redução de alíquotas do imposto sobre a exportação.

"Por sua vez, dentro do esforço de redução das taxas de juros e do custo dos empréstimos foram procedidas alterações nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras incidentes nas operações de crédito e nas importações de algumas matérias-primas básicas, representando, em alguns casos, redução de 80%. Face a essas modificações, a arrecadação do IOF deverá apresentar, em 1984, crescimento nominal inferior a 30%."

Em números, a receita do Imposto de Renda será de Cr\$ 6.720,00 bilhões, seguindo-se o Imposto sobre Produtos Industrializados, com Cr\$ 3.940,00 bilhões e a contribuição para o Finsocial, com Cr\$ 1.100,00 bilhão. O Imposto sobre Operações Financeiras também ultrapassará a faixa do trilhão, devendo alcançar uma receita de Cr\$ 1.020,00 bilhão.

Do lado da despesa, as funções sociais foram contempladas com recursos da ordem de Cr\$ 5.045,4 bilhões, a de desenvolvimento regional com Cr\$ 3.180,8 bilhões e a função agricultura com Cr\$ 1.164,8 bilhão. As despesas com pessoal e encargos sociais estão previstas para 1984 em Cr\$ 4.824,7 bilhões e os acréscimos decorrentes de reajustes a serem autorizados utilizarão como fonte compensatória a reserva de contingência, estimada em Cr\$ 2.912,00 bilhões.

As transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios foram estimadas em Cr\$ 4.100,3 bilhões; os encargos previdenciários em Cr\$ 2.071 bilhões e as transferências para o orçamento monetário, a fim de cobrir despesas com subsídios, dívida pública e política de preços mínimos, Cr\$ 1.883,9 bilhão.

Orçamento plurianual

No orçamento plurianual, pelo menos Cr\$ 12.130,0 bilhões constituem recursos do Tesouro, enquanto o restante correrá à conta de recursos de outras fontes. Ao Ministério dos Transportes caberá a maior dotação, correspondente a Cr\$ 2.775,9 bilhões, seguindo-se os programas especiais, como o PIN e o Proterra, Cr\$ 2.300,0 bilhões.

A ajuda do governo a estas indústrias

O governo já contratou com a indústria da material ferroviário a construção de 900 vagões destinados à Rede Ferroviária Federal. Segundo o presidente da Mafersa, José Carlos do Couto Viana, que deu essa informação ontem, a encomenda será suficiente para manter em atividade, até o próximo ano, as indústrias do setor. Esse lote de vagões integra o "Plano de Emergência da Indústria de Material Ferroviário" laborado em 82 pelo governo e empresas.